

Guerra do Paraguai:
história e polêmica

História de um silêncio: a guerra contra o Paraguai (1864-1870) 130 anos depois

CARLOS GUILHERME MOTA

“A malquerença antiga da América chamada espanhola contra os descendentes de portugueses, agravadas pelas prevenções que sugeriam suas instituições características – a monarquia e o trabalho escravo – poderia ter conseqüências imprevisíveis. A hostilidade contra o Brasil, manifestada desde a última intervenção no Uruguai, e agravada, principalmente nos Estados do Pacífico, ao serem divulgados os termos do Tratado da Tríplice Aliança, não poderia senão diluir-se e amenizar-se com o fato de não se achar ele só na campanha contra o ditador de Assunção”.

Sérgio Buarque de Holanda, em *Do Império à República*, 1972

EM NOVEMBRO DE 1864 o Paraguai declarou guerra ao Brasil, invadindo a região de Mato Grosso, zona de disputa entre colonos e seus respectivos governos há mais de 200 anos. Portanto, o tema deste colóquio envolve mais de três séculos de História e solicita a discussão de modelos de colonização, de reflexões sobre o colonialismo e o neocolonialismo na América Latina, sobre regimes de governo, sobre “civilização e barbárie” (Sarmiento) e sobre as questões geopolíticas que marcaram a época.

A rigor, não seria permitido pensar que foi nessa conjuntura que a idéia de América Latina se adensou? Afinal, contemporâneos da Guerra da Tríplice Aliança também foram o fuzilamento do arquiduque Maximiliano de Áustria, no México, em 1867, e a posse do ditador-presidente Juárez. No Peru, a tomada de poder pelo general Prado, em 1865, contra a Espanha (depois fazendo a Guerra do Pacífico, ou *Salitrera*, contra o Chile e a Bolívia). Foi nessa mesma altura que começou a ação de José Martí, em Cuba, desdobrando-se nos anos 70 em Cuba, Espanha, Cuba novamente, Estados Unidos e Cuba outra vez...

Ampliemos o foco: aquela foi também uma época de consolidações, como a da República dos Estados Unidos da Venezuela em 1864. No ano seguinte, 1865, as Cortes Espanholas são obrigadas a reconhecer a independência de Santo Domingo e o governo de José Maria Cabral. Fato contemporâneo ainda o grito de independência de Lares, em Porto Rico, quando se constitui um governo republicano presidido por Francisco Ramirez. Nesse tempo Santo Domingo, Porto

Rico, Panamá e Haiti começam a entrar na esfera de ação direta dos Estados Unidos.

Esse foi ainda o período em que ocorreram pesados investimentos de capitais estrangeiros na América Latina, sobretudo em infra-estrutura, como estradas de ferro, portos e serviços públicos. Tem início a imigração européia em massa, direcionada à Cuba, ao Brasil e, sobretudo, à região de clima temperado do estuário do rio da Prata. Os números são altos: entre 1855 e 1874 cerca de 250 mil europeus ao Brasil e de 800 mil à Argentina e ao Uruguai.

* * *

A guerra do Paraguai, ou a Guerra da Tríplice Aliança, ou mais propriamente a Guerra contra o Paraguai marca indelevelmente a História contemporânea da América Latina. Foi a maior guerra da História da América do Sul. Pode ser comparada – em violência, em extensão, mas não em seus resultados – à Guerra Civil que à mesma época viveram os Estados Unidos da América do Norte, com seus números assustadores: a Guerra Civil mobilizou cerca de 2,5 milhões de homens numa população de 33 milhões de habitantes. Todavia, “os mortos que importam têm que reunir certos requisitos”, como escreveu o editor italiano Franco Maria Ricci, na apresentação de uma belíssima obra sobre as pinturas de Cándido López, o principal documentarista da guerra contra o Paraguai. Com efeito, nem todos os mortos são iguais.

Conversando com Jorge Luíz Borges, Ricci descobriu a sangüinolência dessa guerra. A mais sangrenta do século XIX. E que, como sabem os leitores de diários, os mortos que importam verdadeiramente têm que reunir certos requisitos: “Os mortos do hemisfério sul importam certamente menos que os do hemisfério norte”(1).

A dramaticidade do conflito, em que se envolveram povos e regimes extremamente diversos, marca – inclusive pelo silêncio a que as historiografias oficiais, sobretudo a brasileira, o condenaram – a nossa difícil inserção na História Contemporânea. Qualquer que seja a perspectiva, a guerra da Tríplice Aliança foi um marco. Um acontecimento histórico de pesadas conseqüências, que daria nova dimensão à história desta parte do planeta. Para sugerir a necessidade de uma urgente rotação de perspectivas, ainda aqui utilizo-me da aguda percepção do editor italiano: “O fim do tirano Solano López, a defesa extremada dos paraguaios e seu extermínio teriam merecido, sem dúvida, as cores de um Plutarco e de um Tito Lívio: a periferia em que viveram, em troca, lhes valeu nosso esquecimento absoluto”(2).

Reavaliação da Guerra Grande

Com efeito, uma reavaliação merece lugar passados 130 anos do início da *Guerra Grande* (como também ela é conhecida e como a denomina um dos personagens do notável escritor paraguaio Augusto Roa Basto). Revisité-la sobretudo neste contexto em que novas formas de integração e identidade – termos ambíguos e batidos – desta região das Américas parecem querer emergir. Dentre elas, o Mercosul, para cuja implantação não se pode dispensar o conhecimento das *historicidades* dos quadros mentais e dos padrões *civilizatórios* dominantes na região. Mas para dobrar esta página da História, torna-se necessário conhecê-la. Revisité-la.

A historiografia mais recente já consolidou a idéia de que a Guerra marca um momento de integração da bacia do rio da Prata na economia mundial sob a preeminência inglesa. A Argentina, o Brasil e o Uruguai opuseram-se à auto-suficiência do Paraguai. Como analisou Hobsbawn, o Paraguai foi a única área da América Latina onde os índios resistiram ao estabelecimento dos brancos de forma efetiva, em larga medida graças à organização jesuíta anterior (3).

Com efeito, as nações da região organizaram-se dentro de parâmetros das potências hegemônicas. Não se pode saber o que teria acontecido por seus meios próprios, mas o fato é que, ainda quem nota é Hobsbawn, o Paraguai, quando por uma vez tentou cair fora da esfera do mercado foi massacrado e obrigado a nele reingressar (4).

Ao examinarmos – ainda que por alto – a Guerra em suas repercussões político-culturais, sócio-econômicas e diplomáticas para a região e para as nações envolvidas, façamos notar primeiramente que, para o Brasil, ela produziu fortes efeitos. A única monarquia americana mergulharia depois no processo que desembocará na abolição da escravatura (1888) e na instalação da República (1889). Mas também transformou a Argentina, que finalmente se unificou sob o general Bartolomé Mitre, o primeiro presidente (1862-68) e pai da Argentina moderna, em cuja obra de historiador a *Nação – la Nación Argentina* – é elevada a protagonista única do processo histórico (5). Mas também é de se notar, em contrapartida, que a impopularidade da guerra foi alta na Argentina: as simpatias das províncias estavam com os paraguaios. O recrutamento das tropas foi difícil, quando se constatava que se combateria *a favor do Brasil*. Além disso, os federalistas sempre esperaram que o brigadeiro José Urquiza, primeiro presidente constitucional da Confederação Argentina (1854-1860), se sublevasse contra Mitre, o que não ocorreu. A impopularidade da guerra também provocou levantes no interior, como o de Felipe Varela, e deserções pesadas, como a do Exército de Vanguarda, de soldados de Entre Rios, açulados por inimigos de Mitre. A guerra teve seu fim durante a presidência de Domingo Faustino Sarmiento, sucessor de Mitre.

O Brasil, como a Argentina apressou-se na disputa pela posse dos territórios dos vencidos, invocando o artigo 16 do Tratado da Tríplice Aliança. Como se sabe, o ministro Mariano Varela, da Argentina, reagiu advertindo que a vitória não dava o direito às nações aliadas para declararem sozinhas as novas fronteiras. Define-se então, ante o perigo de novos rompimentos, um sistema de consultas. Mitre, favorável à posição brasileira, vai ao Rio de Janeiro em busca de entendimento. A Argentina submete a questão dos territórios em disputa à arbitragem dos Estados Unidos: em 1878, o presidente Hayer arbitra a favor do Paraguai. Afinal, a Argentina sempre pendeu mais para a Inglaterra...

Para o Uruguai, a Guerra trouxe um fato novo, para além das incursões riograndenses e dos levantes colorados que tanto marcaram o campo antes da crise econômica de 1873. Surge a figura de um militar profissional, Lorenzo Latorre, que governa em nome do Exército, o que na Argentina corresponderia a Rosas e Roca. Não era mais um caudilho rural, porém tinha o apoio dos *hacendados*, dos comerciantes exportadores e oferecia a força do Estado para vencer a resistência da população camponesa, ou seja, monta um sistema de trabalho forçado nas estâncias. Paralelamente, o ensino elementar foi implantado, ultrapassando a Igreja e a velha tradição liberal. A exportação de couro e lã crescia vertiginosamente. Sob Latorre, o Uruguai tinha sido disciplinado para “novos governos militares, que dominariam de fato na etapa seguinte; essa terra da liberdade indômita parecia momentaneamente convertida a uma versão peculiar do novo credo a um só tempo autoritário e progressista” (6).

Para o Paraguai (e contra o Paraguai), a guerra articulou as forças do Império brasileiro, da Argentina e do Uruguai. Um acordo secreto entre o Brasil e a Argentina previa a distribuição de territórios em litígio que correspondiam a mais da metade do Paraguai. O surpreendente foi a reação heróica da população paraguaia. Em cinco anos de guerra, perdeu-se quase todo seu contingente masculino.

Mas não se atribua tudo apenas à resistência paraguaia. Também devem ser consideradas a fraqueza e a desorganização das tropas inimigas. Além disso, a unidade interna argentina devida a Mitre era mais aparente do que efetiva (o levante federalista de 1866-67 abalou o interior). O Império brasileiro, com sua máquina pesada e custosa, agia lenta e prudentemente. Os paraguaios, em compensação, tinham sido expulsos na primeira fase da guerra das terras conquistadas na Argentina e no Rio Grande do Sul: defenderiam na segunda fase, com todo vigor, Humaitá, a fortaleza construída por López no rio Paraguai. De derrota em derrota, e até mesmo após o final da guerra, os paraguaios conseguiram lidar com as contradições e divisões entre seus vencedores.

Creio que uma das melhores sínteses sobre o desfecho foi realizada pelo

argentino Tulio Halperín Donghi: “A Argentina protegia no Paraguai os antigos desterrados; o Brasil, além de fazer-se ceder os territórios em disputa, avalizava um governo dominado por antigos generais de López, que mantinha suas posições contra as exigências territoriais argentinas. Assim se afirmou a hegemonia brasileira, enquanto os novos governantes presidiam uma alegre liquidação de terras do Estado; a reconstrução do Paraguai se fez sob o signo da grande propriedade privada, e de maneira muito lenta; o país fica assim destinado a manter sua principal vinculação econômica com a Argentina, para onde se dirige a maior parte de suas exportações, e de cujo sistema de navegação fluvial depende em sua comunicação com o ultramar” (7).

Daí a oportunidade do encontro no Rio de Janeiro com especialistas dos países e culturas envolvidas.

Dimensões da Guerra

Começemos pelo começo. Os lugares da memória são bem-delineados, e sugerem que na história dos vencedores, nas ruas de suas cidades, só há espaço para nomes como Cerro Corá, Paisandu, Humaitá, Riachuelo e os nem sempre bem-preparados Voluntários da Pátria. Nomes sonoros, muitos indígenas, mas que curiosamente não permitem enxergar o substrato guarani que animava um exército de 64.000 homens. A história desses silêncios precisa ser escrita, e revisitada a historiografia oficial que inundou os manuais do império e também os republicanos. De Taunay a Sérgio Buarque de Holanda há um abismo: a análise da crise do regime imperial efetuada por este último, em seu notável capítulo *Política e guerra*, sugere o quanto ainda temos que caminhar para a construção dessa outra memória (8).

Por outro lado, como deixar de indicar, do ângulo da História e da historiografia brasileiras, a *Guerra do Paraguai* como um trauma, uma chacina em larga escala, uma hecatombe demográfica, um genocídio, inclusive no final, com o que restou do exército paraguaio cheio de crianças, um cataclisma que desequilibrou o Império? Certamente aí reside uma das chaves para o estudo do movimento republicano e abolicionista no Brasil: em perspectiva ampla, a Guerra, a Abolição, a proclamação da República e a implantação da ordem neocolonial definem uma nova configuração histórica.

Os números elevados de mortos (9), em escala nunca antes imaginada, o despreparo das forças da Tríplice Aliança, os conflitos de poder militar no bojo do Império, uma nova expressão da opinião popular, tudo sugere a *mudança do teor da vida*, um abalo nos quadros mentais que transbordou e se traduziu nas obras dos principais intelectuais e artistas do período, de Machado de Assis e Juan Bautista Alberdi a Domingo Faustino Sarmiento e Cândido López.

A guerra obrigou a uma reconsideração do tempo e do espaço. Grandes deslocamentos de tropas avultadas, toda a estratégia de ataques e retiradas, a guerra fluvial, abriram nova página da polemologia latino-americana. O reforço da idéia de Estado-Nação abre caminho para uma nova concepção do papel das forças armadas na vida nacional. A criação da Escola Superior de Guerra, pelo tenente-general Luís Maria Campos, é um dos frutos; a disseminação das teorias positivistas, que colaboraram na destruição do sistema escravagista, é outro.

As várias dimensões da guerra, abordadas pelos historiadores, professores, diplomatas e estudiosos convidados, sugerem a complexidade daqueles momentos em que interesses estrangeiros – ingleses, principalmente, fortalecendo sua malha imperial – se entrelaçavam com formas de expansionismo e de conflitos locais. Pode-se falar também, quero crer, de um *subimperialismo* brasileiro com relação à nação paraguaia.

O problema mesmo da origem da guerra e da natureza dos expansionismos regionais também deve ser posto desde logo. Por outro lado, em que pese o caráter de genocídio bárbaro, de hecatombe demográfica, que a guerra assumiu contra o Paraguai, impõe-se sejam reestudados os componentes e a história da nação paraguaia em sua devida dimensão. Tal abordagem nos conduz desde logo para a análise da inserção das nações envolvidas – Argentina, Brasil, Uruguai e Paraguai – no quadro dos imperialismos europeus da segunda metade do século passado.

A Argentina e o Brasil vinculavam-se intensamente à Europa, em particular à Inglaterra. O Paraguai, por seu lado, manteve-se isolado. A longa ditadura do *doutor Francia* (1814-1840) isolou aquele país, ao cortar relações diplomáticas e comerciais com os outros, exceção feita ao Brasil. Proibiu a imigração e a emigração, tentou certa auto-suficiência baseada na agricultura e na indústria artesanal. Os dois ditadores que lhe sucederam no poder, Carlos Antonio López (1840-1862) e seu filho, Francisco Solano López (1862-1870), abriram o país ao comércio exterior e trouxeram imigrantes e técnicos estrangeiros. Aqui temos uma das origens da grande conflagração. Quando o Paraguai ensaiou uma abertura para sua integração no comércio mundial, o ditador argentino Juan Manuel Rosas impôs o bloqueio econômico ao país vizinho. Os problemas de fronteira se sucedem e Carlos López dedica-se à criação de um bem-adestrado exército, preparado por oficiais alemães e equipado com armamentos europeus.

A Argentina, por seu lado, cindia-se até 1853 em duas tendências políticas básicas, ou se se quiser, em duas correntes históricas de opinião: centralistas e federalistas. A Inglaterra pressionava os cientistas, em busca de segurança para o mercado de seus produtos. Os federalistas lutavam pela produção de seus tecidos – de algodão, de linho e de lã – e também de açúcar e vinho, ameaçados pela

concorrência inglesa. Aqui se estabeleceu uma aliança dos federalistas com os paraguaios, contra o perigo de absorção pelo imperialismo inglês.

O Brasil, como se sabe, estava vinculado historicamente à Inglaterra, sobretudo após os Tratados de 1810. Os setores exportadores e os segmentos intermediários beneficiavam-se daquilo que Graham denominou, em análise clássica, "*the onset of modernization in Brazil*" (10). E o historiador carioca José Honório Rodrigues chegou a afirmar que o Brasil era um autêntico *protetorado* inglês. Alguns de nossos notáveis advogados da segunda metade do XIX, como Rui Barbosa e o senador Dantas eram, em sua época, denominados, com um grão de ironia, *os nossos ingleses...*

Importa pois situar a guerra em seu quadro próprio e num longo processo histórico de definições e redefinições da geografia política e econômica sul-americana. Está-se então em face de uma somatória de interesses novos, nascidos após o período de consolidação das Independências com relação às metrópoles ibéricas dos anos 1820. Inúmeras questões de fronteira, problemas de navegação nos dois grandes rios da região (Paraná e Paraguai), abertura ao comércio exterior, migrações, caudilhismo e coronelismo, regimes escravagistas (aberto no Brasil; semi-escravagista nos outros países), confrontos étnicos e culturais, tudo se misturava nesse meado de século, naquela região.

Do ponto de vista (por assim dizer) do Paraguai, o choque agravava-se pela crença generalizada de que as nações vizinhas seriam responsáveis pela estagnação do país, condenado a viver dentro de fronteiras mal delimitadas, sem saída para o mar (um problema, aliás, atual, também para a Bolívia). Não é de se estranhar nessa perspectiva que as lutas na região do Prata tenham sido contínuas durante o século XIX. Vale lembrar que, já em 1825, o Brasil entrara em guerra com a Argentina pela questão da Banda Oriental (região aproximadamente correspondente ao atual Uruguai). A paz, efetivada em 1828, com a mediação da Inglaterra, resultou nessa nova nação, o Uruguai, livre e por assim dizer autônomo.

Quanto ao ponto de vista da Argentina, o ditador Rosas negava-se a reconhecer a independência do Paraguai, visando a fazer daquele país uma província argentina. De 1845 a 1852, Carlos Antonio López resistiu. Finalmente, declarou guerra à Argentina e penetrou em Corrientes, fazendo recuar as tropas de Rosas.

Com a queda de Rosas, toma o poder o general Urquiza (1800-1870), da província de Corrientes, que tinha por desafio a reincorporação da província de Buenos Aires à Confederação Argentina. Urquiza, simpatizante da causa paraguaia, reconhece a independência do Paraguai em 1852 e assina um tratado de navegação e limites. A guerra poderia ter aí terminado, e não teríamos talvez necessidade deste colóquio...



O Nero do Seculo XIX

*Projecto de monumento que os paraguayos reconhecidos pretendem erigir
a Francisco Solano Lopez.
(Cousa de um dos rivos remellido de Assumpcaõ)*

Mas, a essa altura, entra em cena novamente o Brasil. Também por questões de fronteiras, o Paraguai já se vira forçado a expulsar brasileiros: o presidente da província do Mato Grosso já invadira terras paraguaias e se recusara a abandonar suas posições. Mais: o Paraguai tentava estabelecer uma coligação com o Uruguai e com as províncias de Corrientes e Entre-Rios.

A eclosão da guerra. O problema das origens.

Há certo consenso: uma das causas próximas da eclosão da guerra foi a intervenção político-militar do Brasil no Uruguai em 1864, há cento e trinta anos, no momento em que o Paraguai tentava articular uma nova configuração geopolítica na América do Sul.

O Uruguai, governado por Atanasio Aguirre (1804-1875), do partido *blanco*, era hostilizado pelo governo imperial brasileiro, sob o argumento de que os *blancos* não tomavam providências em favor dos brasileiros ali residentes, alegando que estes sofriam prejuízos e eram despojados de seus bens.

A Argentina não logrou ser intermediária no conflito e o governo brasileiro anunciou que suas tropas, estacionadas na fronteira, agiriam em represália contra os uruguaios. O presidente paraguaio Francisco Solano López protestou contra a intervenção brasileira, qualificando-a como “atentatória ao equilíbrio dos Estados do Prata, que interessa à República do Paraguai como garantia de sua segurança, paz e prosperidade”. Aí se localiza o estopim da guerra.

Em síntese, e no plano dos acontecimentos, pode-se dizer que a conflagração se deve inicialmente à firme determinação do presidente paraguaio Solano López de “bloquear o esforço expansionista brasileiro”. De fato, desde 1855 o Império do Brasil vinha pressionando o Paraguai a assinar tratados de limites e de navegação, os quais nem Carlos A. López nem seu filho Solano López estavam dispostos a firmar.

Enfatize-se mais uma vez, finalmente, o interesse da Inglaterra em obter a abertura de seu comércio ao Paraguai.

A guerra: um nó histórico, político e ideológico

Os leitores naturalmente irão analisar, em ângulos diversos, a problemática do processo, seus desdobramentos e suas implicações para a História e para o futuro da sub-região. Pode-se dizer que nesse processo houve a consolidação da ordem neocolonial. Desde as Independências, no processo das afirmações nacionais e regionais, as lideranças sempre tiveram que se definir em suas associações

ou contraposições com relação aos interesses das potências em fase de desenvolvimento.

A guerra marca uma inflexão, em que os Estados Unidos passam a compor o leque de interesses e forças externas atuando na região. Na nova organização de pós-guerra, nos anos 80 do século passado – período que denominamos *da passagem da descolonização ao imperialismo* (11) –, assiste-se a novo impacto europeu-ocidental, seguido da presença norte-americana.

No plano mais geral da América Latina, a consciência-limite foi dada pelo pensamento de José Martí, com suas teorias sobre *nuestra America*. É um novo momento de inversões de capitais, com expansão das economias de exportação e com a europeização das *elites*. Como observou Luís A. Romero, o *positivismo* chegou a constituir uma verdadeira ideologia transnacional. Apesar de tudo, na América Latina acentuavam-se as diferenças regionais: na Argentina, por exemplo, afirmava-se a presença de uma oligarquia capaz de controlar as atividades produtivas dinâmicas, ao contrário das repúblicas centro-americanas. A imigração massiva de mão-de-obra européia para o Cone Sul e para o Brasil, estimulada ou, quando menos, aceita por essas oligarquias, mudariam tal panorama.

Em suma, a guerra contra o Paraguai sinaliza nesta região do planeta o “casamento de uma descolonização prolongada, seletiva e parcial com a dominação imperialista”, para utilizarmos a concisa formulação de Florestan Fernandes (12).

O Paraguai termina a guerra exaurido. O comando aliado ocupou o governo e incumbiu o ministro das Relações Exteriores, visconde do Rio Branco, de reorganizar o país. O governo provisório instalado em Assunção decreta a abolição dos escravos, a pedido do conde d’Eu. Grande parte da população masculina perecera durante a guerra. Com a economia devastada – sem empréstimos para reequipamento durante todo o período – e com subnutrição e epidemias de toda sorte, o Paraguai tornara-se um país de sobreviventes.

Mas o Brasil também sofreu os efeitos da guerra, e a inflação foi um deles. Empréstimos da Inglaterra e emissão de papel-moeda elevaram o custo de vida, com descontentamento popular que, aliás, já fora observado durante a luta custosa no território paraguaio (para muitos, a simples expulsão dos paraguaios já teria bastado). Contra a Tríplice Aliança também manifestaram-se outros países da América Latina, como o Peru, a Colômbia e o Chile.

Finalmente, no Brasil, ocorreu uma profunda mudança no Estado, com a emergência ulterior do Exército como força organizada e ideologicamente marcada por idéias republicanas. Nascia então um novo tipo de oficial militar caracterizado por um autoritarismo progressista, defensor da abolição da escravidão.

Na perspectiva de uma História contemporânea da América Latina que contemple a historicidade específica do subcontinente em sua longa duração, a revista a esse momento-chave de nossas histórias torna-se fundamental. Consolida-se então a própria idéia de América Latina.

Nessa encruzilhada reside o *nó histórico* de nosso passado comum e traumático que espera por mais estudos e reflexões. Um nó histórico-ideológico que, uma vez desatado, permitirá talvez o arranque para um futuro crítico e democrático, no qual as disputas sejam equacionadas em fóruns internacionais legítimos, abertos e modernos. Não por acaso os *Estados de Seguridad Nacional* proibiam que se tocasse em certos temas-tabus, dentre eles a *Guerra do Paraguai* ou que se examinasse figuras como Caxias ou Tamandaré fora da ótica oficial, sobretudo em momentos de construção de hidrelétricas como Itaipu, em que a mão-de-obra paraguaia – e também brasileira – foi mais uma vez utilizada a preço vil.

Notas

1 Franco Maria Ricci, *Cándido López. Imágenes de la Guerra del Paraguay*, con un texto de Augusto Roa Basto. Introducción crítica de Marta Dujovne, 1984. Contém ainda um catálogo geral com notas de Cándido López a seus quadros, *As cartas de um voluntário* (Pio Correa da Rocha, nascido no sertão de Araraquara e morto no Paraguai) apresentadas por Antonio Cándido e uma cronologia da Guerra do Paraguai.

2 Ricci completa: “Somente nos ficam os quadros de Cándido López, pintor-soldado que se obstinou em pintar com a mão esquerda uma guerra em que perdera a direita” (ibidem).

3 Hobsbawn diz ainda: “O restante dos índios que resistiram à conquista branca foram empurrados para a fronteira desta conquista. Apenas no norte da bacia do Prata os povoados indígenas permaneceram sólidos, e o guarani, ao invés de português ou espanhol, permaneceu como o idioma de facto para comunicação entre nativos e colonos”, em *A Era do Capital, 1848-1875*. Rio de Janeiro, 1979, p. 96.

4 Cf. *The Age of Empire, 1875-1914*. New York, Pantheon Books, 1987.

5 Remeto à brilhante análise desse período – quando nasce a Argentina moderna e uma historiografia não mais apenas baseada na memória coletiva do patriciado portenho como fonte histórica privilegiada – realizada por Túlio Halperín Donghi, *Mitre e a formulação de uma história nacional para a Argentina*, publicada em *Estudos Avançados*, v. 8, n.20, 1994, Universidade de São Paulo.

6 *Idem, ibidem*, p. 252.

7 *Idem, ibidem*, p. 248.

8 Sérgio Buarque de Holanda, *O Brasil monárquico. Do Império à República*, v. 7 da *História Geral da Civilização Brasileira*. São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1972.

9 Na batalha de Tuiuty, em 24 de maio de 1865, eram 35.000 aliados contra 23.000 homens de López: as baixas foram de 12.000 paraguaios (morreram cerca de 6.000 paraguaios) e 3.000 brasileiros. Em setembro do mesmo ano, Mitre tentou tomar de assalto a fortaleza de Curupaity, sem sucesso, o maior desastre de toda a campanha aliada, quando perderam as esperanças de tomar a capital em curto prazo: morreram apenas 100 paraguaios contra 9.000 dos aliados. Só em 1868 os paraguaios começam a ceder, após cair Curupaity e Humaitá. Em conjunto, embora variem muito as estimativas, pode-se dizer que o Paraguai tinha no início da Guerra quase 800 mil habitantes. Morreram cerca de 600 mil, restando uma população de menos de 200 mil pessoas, das quais apenas cerca de 15.000 era do sexo masculino e, destes, cerca de 2/3 tinham menos de 10 anos de idade. Do lado dos aliados, também registram-se tragédias: a Coluna dos Voluntários da Pátria que partiu do Rio de Janeiro em abril de 1865, com cerca de 3.000 homens, levou dois anos para percorrer 2.112 quilômetros. No trajeto, 1/3 do contingente se perdeu devido a febres e fome. No final, após Laguna, foi ainda atacado por uma epidemia de cólera. Na campanha das cordilheiras morreram 5.000 soldados paraguaios, o que é muito se nos lembrarmos que o exército reorganizado pelo conde d'Eu, o genro de Pedro II, era de 31.000 homens.

10 Cf. *Britain and the onset of modernization in Brazil, 1850-1914*. Cambridge at the University Press, 1968. O livro de Graham complementa em certo sentido a obra famosa do professor Alan K. Manchester, *British preeminence in Brazil; its rise and decline; a study in European expansion*. Chapel Hill, North Caroline University Press, 1933, reeditada em 1968 pela Octagon Books. Importante também é o livro do professor Leslie Bethell, *A abolição do tráfico de escravos no Brasil. A Grã-Bretanha, o Brasil e a questão do tráfico de escravos 1807-1869*. Rio de Janeiro, Ed. Expressão e Cultura/Editora da Universidade de São Paulo, 1976.

11 As Ciências Sociais na América Latina: proposta de periodização: 1945-1983, em *Inteligência brasileira*, (orgs.) Reginaldo Moraes, R. Antunes e Vera Ferrante. São Paulo, Brasiliense, 1986.

12 Florestan Fernandes, *Poder e contrapoder na América Latina*, São Paulo, Zahar, 1981, p. 19.

Carlos Guilherme Mota, historiador, é professor de História Contemporânea e de História Social das Idéias no Brasil da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP. Foi diretor-fundador do IEA-USP e da Cátedra Jaime Cortesão. É autor de várias obras, entre elas *Ideologia da cultura brasileira*.

Texto apresentado no colóquio *Guerra do Paraguai – 130 anos depois*, realizado em 24 de novembro de 1994, no Rio de Janeiro. O evento foi promovido pela Biblioteca Nacional, com o apoio da Fundação Roberto Marinho e do Banco Real.